	Ata de Reunião	
	Assunto: Comitê Gestor do PJE	Data: 13.05.2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Videoconferência
		Hora Início/Fim: 15:30 às 16:10

Integrantes:
Thais Fonseca Felippi Pimentel, Diretora de Primeiro Grau, na qualidade de presidente;
Luis Augusto Bahiense Cardoso, Secretário da Tecnologia da Informação e Modernização;
Pedro Lúcio Vivas - Secretário de Planejamento e Orçamento;
Tatiane Franklin Ferraz Queiroz, Representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
José Carlos Coelho Wasconcellos, Representante da Procuradoria Geral do Estado;
David Bittencourt Ludovice Neto, Representante da Procuradoria Geral do Município;
Anderson Souza Barros, Representante da Ordem dos Advogados do Estado da Bahia;
Tamírde Monteiro Leite, Representante da Ordem dos Advogados dos Estado da Bahia;
Marcos Sampaio de Souza, Representante da Ordem dos Advogados dos Estado da Bahia;
Tatiane Franklin Ferraz Queiroz, Representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
Marcela Valverde Gonzaga, assessora da Assessoria Especial da Presidência II
Participantes:
Fabrizio Patury, promotor representante do Ministério Público da Bahia
Daniel Cersosimo, servidor representante do Ministério Público da Bahia
Cristina Cunha, representante de SEPLAN
Lúcio Ribeiro Gomes, representante da SETIM
Anderson Azevedo Amorim, representante da SETIM

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA


Aos 13 dias do mês de maio do corrente ano, compareceram a esta sala de reuniões virtual da AEPII, às 15:30 horas, os membros do Comitê Gestor do Sistema PJe, para discussão dos pontos da pauta abaixo.

Iniciada a reunião, Thais Fellipi, Diretora de Primeiro Grau, informou que o Juiz Assessor Especial da Presidência II, Dr. Fábio Bastos, presidente deste Comitê, estava em reunião extraordinária, requisitando seu apoio conduzir a reunião. Cumprimentou os presentes e passou a apresentar a nova composição do Comitê Gestor. Sinalizou a importância do trabalho de forma colaborativa entre os membros do grupo, passando a palavra ao Ministério Público da Bahia:

Dada a palavra ao servidor do Ministério Público, Daniel, passou a pontuar itens de dificuldade e oportunidade de melhora no sistema PJe:

Item 1: Explanou sobre um pedido antigo, que trata da possibilidade do órgão gestor conseguir modificar o e-mail do usuário, sem ter que pedir autorização do tribunal;

Item 2: Reforçou o chamado 1787259. Um caso de petição iniciada pelo MPBA que o defensor público assinou. Relatou que o problema é a possibilidade de usuários de órgãos externo visualizando documentos salvos e ainda não assinados e publicados;

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 13.05.2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Videoconferência	Hora Início/Fim: 15:30 às 16:10

Item 3: Reforça o chamado 1743850. Relatou que existem documentos efetivamente juntados que são exibidos no paginador dos autos, somente no menu “documentos”;

Item 4: Diz respeito ao PJe 2 grau. Relatou que ocorrem erros na tentativa de visualização de autos. Informou que aparece a mensagem “erro inesperado. Relatou que existe chamado n. 1799860 acerca deste problema. Informou que este tipo de problema tem sido resolvido pontualmente via abertura de chamado.

Dada a palavra à SETIM, no que tange o item 1, foi relatado que foi discutido o assunto e o corpo técnico da SETIM está à disposição para alterar o e-mails sempre que necessário. Quanto ao item 4, foi relatado a correção do erro no sistema. Quanto aos demais itens, serão respondidos por e-mail.

Retornada a palavra ao servidor Daniel, do Ministério Público, informou que são a COGI, é única área técnica do Ministério Público que tem competência para abrir chamado e requer ser a única unidade também que pudesse ter a possibilidade de alterar o campo “e-mail”.

Quanto aos itens do MNI, dada a palavra a Wagner Porto, servidor do Ministério Público, trouxe dois itens acerca deste campo:

Item 01: Relatou existir processos judiciais sem assunto cadastrado, processos recebidos na integração com dados inconsistentes – 800360-46.2018.8.05.0034, 8000559-70.2016.8.05.0153;

Item 02: Existem intimações sem prazo para manifestação, estão sendo informadas com data do prazo igual a data que foi tomada a ciência.

Dada a palavra à SETIM, acerca do item 02, que trata do prazo, relatou que seria necessário informar processos de exemplo. Acerca do item 01, que trata do assunto, foi corrigido o problema no que foi encontrado na investigação.

Finalizados os apontamentos do Ministério Público, Thais Fellipi deu a palavra à Defensoria Pública.


Doutora Tatiane Queiroz, se apresentou, cumprimentou a todos e relatou no seu item 1 que, à luz do princípio da celeridade, há necessidade de acessar todo e qualquer o processo do PJe, nos mesmo moldes do e-Saj.

O item 2 relatado, disse respeito à execução por dependência. Solicitou a possibilidade de distribuir por dependência os processos de família.

Ademais, no item 3, relatou que os processos de Feira de Santana, por exemplo, que foram migrados do E-saj para PJe, continuam abertos no antigo sistema, sendo possível protocolar defesa no sistema errado. Requereu que fosse trancado o sistema e-saj nos processos que houvessem migração.

No item 4, relatou que as caixas de intimação estão sumindo.

Foi requisitado números de processo como exemplo, a Defensora ficou de enviar os exemplos por e-

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 13.05.2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Videoconferência	Hora Início/Fim: 15:30 às 16:10

mail.

Dada a palavra à SETIM, quanto ao item 01, que trata da visualização de todos os processos pela Defensoria, relatou que já está implementada, salvaguardando os processos sigilosos. Informou que apenas quem está lotado na Vara de origem do processo sigiloso é que consegue visualizar os mesmo. Informou que a própria corregedoria tem dificuldade de acesso. Informou que a nova versão do PJe 2.1, terá níveis de sigilo, de forma a parametrizar e ser mais flexível em alguns tipos de processo.

Quanto ao item 2, a SETIM relatou que a distribuição por dependência só é possível de se cadastrar se o processo de referência esteja no PJe também.

Thais Felippi informou também que, no que tange a distribuição por dependência, está sendo elaborado um projeto que possibilitará o processo de referência de ser migrado para o PJe com prioridade, sendo possível distribuir por dependência conforme requisitado.

Dada a palavra a Daniel, representante do Ministério Público, sugeriu que seja informado no sistema PJe que o processo é sigiloso.

Acerca do sugerido, a SETIM informou que foi implementado no PJe tal ferramenta, contudo, só é exibida a mensagem se for digitado o número completo do processo. Informou que no portal do PJe do Tribunal tem manual que demonstrando.

Acerca do item 4, a SETIM requereu um processo de referência e a abertura de chamado para que possa ser investigado tal erro.

Finalizados os itens da Defensoria Pública, Thais Fellipi deu a palavra aos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

Doutora Tamírde reforçou a impossibilidade de visualizar a informação de que o processo é sigiloso. Informou as dificuldades vivenciadas pelos advogados em ter que procurar o processo em outros sistemas para entender a situação do processo, se de fato ele existe ou se é sigiloso.


Após, relatou inconsistências no cadastro dos advogados. Relatou reclamações de assinatura.

Por fim, informou que o perfil “assistente do advogado” não funciona, que não consegue juntar documentação entre outras ações.

Dada a palavra à SETIM, relatou que o PJe office é mantido na nova versão determinada pelo CNJ. Relatou que não existem chamados a respeito desta demanda, e que seria necessário informar processos referencia para investigação, pesquisa e posterior deliberação acerca do problema.

Finalizados os itens trazidos pela Ordem dos Advogados, Thais Fellipi deu a palavra Procuradoria Geral do Estado na pessoa do procurador, Doutor José Carlos.

Dr. José Carlos, cumprimentou a todos e reiterou a necessidade de bloqueio do sistema e-SAJ nos

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJe		Data: 13.05.2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Videoconferência	Hora Início/Fim: 15:30 às 16:10

processos migrados ao PJe, para que não haja o protocolo no sistema antigo, causando confusão processual.

Requeru dilação em pedidos já encaminhados à SETIM e ainda não retornados.

Ademais, solicitou informações sobre a necessidade de inclusão do “captcha” em consultas processuais com token. Informou que este “robô” de verificação deixa o processo de consulta muito lento, haja vista que ele, por exemplo, consultou 700 processos no dia anterior.

Por fim, reiterou a observação de lentidão no MNI, para visualizar resposta de consulta de documentos.

Dada palavra SETIM, informou que foi necessário aumentar o “captcha”, pois os servidores estavam sobrecarregados. Só exige quando é logado com usuário e senha, que verificará a ocorrência de verificação com acessos logados em token.

Retornada a palavra ao Dr. José Carlos, informou que mesmo com o token ele visualizou o “captcha”, no momento da consulta do documento para fazer o protocolo, no PJe2G.

A SETIM informou que irá verificar a ocorrência, que acreditava ser proveniente ao grande volume de consultas, que ativa o robô de verificação.

Dada a palavra à Procuradoria Geral do Município, Dr. David Ludovice, apontou apenas uma lentidão e erro de looping do MNI.

Thais Felippi pediu à SETIM que investigue este item de lentidão do MNI apontado por todos os membros.

Por fim, a SETIM tomou a palavra e informou que o CNJ disponibilizou a nova versão do PJe 2.1, que está sendo elaborado o cronograma de lançamento dos projetos. Comunicou que haverá avanço da versão atual com foco na migração dos processos criminais para que todo e qualquer processo do Poder Judiciário tramite de forma digital em um sistema único.

Por fim, Thais Felippi agradeceu a presença de todos e requereu que a pauta seja encaminhada com antecedência para que seja possível alinhar com a SETIM as respostas de forma célere.

Nada mais havendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.